

Justiça em

Edição 62
Ano XI - dezembro 2017



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

AÇÕES BENEFICENTES

A prática solidária de magistrados e servidores na Justiça Federal de São Paulo



NESTA EDIÇÃO

Coaching Psicológico Gerencial

Caso Herzog

Mandado de Injunção

Servidor Atleta

Glaucoma

Eventos, Cultura e Lazer

PROJETO SECRETARIA ÚNICA

Terminou em 9/11 o curso que, por meio de cocriação a respeito de serviços judiciários, capacitou um grupo de magistrados e servidores a aplicarem técnicas de design estratégico e metodologias colaborativas na Seção Judiciária de São Paulo. A pedido da presidência do TRF da 3ª Região, o desafio era criar uma proposta para estudos de um novo modelo de gestão nas varas federais da JFSP. O curso aconteceu no Laboratório de Inovação (iJusLab), na capital, e teve como facilitadores os professores Álvaro Gregório, André Tamura e Gabriela Dou-rado.

Um dos objetivos desse treinamento foi o de encontrar, por meio das técnicas de inovação, a melhor forma de conduzir o trabalho nas secretarias e gabinetes dos Fóruns, considerando as mudanças trazidas pela implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), as restrições orçamentárias e as novas tecnologias que estão surgindo. Trata-se de um conjunto de ideias que ainda serão mais debatidas com magistrados e servidores antes de finalizarmos a proposta que será entregue à Presidência.

Na capacitação, os participan-

tes foram divididos em duas equipes e receberam o desafio de criar um projeto para ser apresentado ao final do curso. Eles aprenderam conceitos de design estratégico; identificação de problemas; público-alvo; geração de ideias; elaboração de protótipos; testes com usuários; apresentação das propostas; entre outros.

Na fase de testes, diversas instituições que atuam na Justiça Federal foram convidadas a conhecer os projetos desenvolvidos pelos grupos. Representantes da Advocacia-Geral da União (AGU), Ordem dos Advogados do Brasil, Caixa Econômica Federal, Procuradoria Regional da Fazenda Nacional e Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Sintrajud) puderam debater pontos de cada modelo, esclarecer dúvidas e dar sugestões para o aprimoramento.

O processo de cocriação e a participação democrática dos envolvidos foi o grande diferencial na elaboração dos projetos. Juízes e servidores que integraram as equipes expressaram suas opiniões sobre a importância de os projetos contarem com uma abordagem multidisciplinar, com diferentes

formas de pensar, fazendo com que não ficassem restritos a um determinado seguimento, permitindo que cada um dos participantes desse a sua contribuição.

Para finalizar, seguem os assuntos que serão abordados nesta edição da Justiça em Revista: ações beneficentes na Justiça Federal; servidor vice-campeão em tênis de mesa; coaching gerencial psicológico; mandado de injunção; principais causas e sintomas do glaucoma; na seção “Justiça em Ação” o caso Vladimir Herzog e na “Administração em Foco” a Diretoria da Secretaria Administrativa e muito mais.

Boa leitura!

Paulo Cezar Neves Junior



Paulo Cezar Neves Junior
Juiz Federal Diretor do Foro

Luciana Ortiz Zanoni
**Juíza Federal Vice-Diretora do Foro
(capital)**

Renato Barth Pires
**Juiz Federal Vice-Diretor do Foro
(interior)**

Ana Lúcia C. A. Pereira
Diretora da Secretaria Administrativa

Ricardo Acedo Nabarro
**Diretor do Núcleo de
Comunicação Social**

Seção de Multimídia e Audiovisual
Hélio C. Martins Júnior (supervisor)
Coaracy Caracas Soares Santos
Javã de Carvalho

**Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa**

Fernando Coleti (supervisor)
Jefferson Messias
Kátia Serafim
Mariana Galluzzi de Sá

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175/6174

Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

SERVIDOR É VICE-CAMPEÃO EM TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO

Força de vontade, persistência e desejo de superar desafios são alguns dos ingredientes que permitiram Alexandre Faruoli Ferraretto, servidor da JFSP e atleta paralímpico, conquistar o vice-campeonato por equipes no 51º Campeonato Brasileiro de Tênis de Mesa, integrando a Seleção Paulista. O evento aconteceu em outubro deste ano na cidade de Toledo, Paraná, e contou com a participação de 679 atletas olímpicos e 171 atletas paralímpicos de 43 clubes de todo o país.

Natural de Itapeverica da Serra/SP, Alexandre conta que após um parto prematuro sofreu uma paralisia cerebral (falta de oxigenação no cérebro). “Como fui prontamente atendido, sofri sequelas leves. Mesmo assim, tenho dificuldade de caminhar e de locomoção motora.

Andei somente aos quatro anos e tinha graves problemas pulmonares por causa da prematuridade”.

Ferraretto ingressou na Justiça Federal de São Paulo em 1999, é formado em Comunicação Social e Direito e é membro da Comissão de Acessibilidade do TRF3. Atualmente trabalha no Núcleo de Benefícios e Assistência à Saúde (NUSA).

A carreira no esporte paralímpico teve início com a natação, em 2005, pela Associação para Integração Esportiva do Deficiente Físico (CIEDEF). Em 2010, interrompeu as atividades desportivas em virtude do nascimento de sua filha, retornando para a natação em 2014 pelo Clube dos Paraplégicos de São Paulo (CPSP). Depois disso, praticou atletismo e, por fim, o tênis de mesa.

“Eu já havia jogado o ping-pong na infância, mas existe uma diferença muito grande se compararmos com o tênis de mesa competitivo. O que diferencia são os efeitos, os saques e a rapidez do jogo”, explica o atleta.

Antes de participar do Campeonato Brasileiro, Alexandre havia disputado o Campeonato Paulista em duas oportunidades e a Copa do Nordeste, em Maceió/AL. Com os resultados obtidos, foi chamado para compor a Seleção Paulista. “A preparação foi intensa, sendo três vezes por semana durante três horas. Somente com muita força de vontade consegui conciliar casa, trabalho e treinos. Faltou a medalha de ouro, mas 2018 promete!”, ressalta o servidor.

Para Alexandre Ferraretto, as lições de superação aprendidas com o esporte podem ser aplicadas em qualquer área da vida para se atingir metas desafiadoras. “Descubra algo que goste de fazer, seja no esporte ou não. Se você gosta de correr, comece caminhando e aos poucos vá aumentando o percurso. Se você gosta de estudar, é o mesmo princípio, e assim por diante. Comece aos poucos, mas o mais importante é se organizar para fazer essa atividade com regularidade. Não adianta nada treinar hoje e o próximo treino ser semana que vem. O mesmo é com a caminhada ou com os estudos. A persistência traz como fruto o bom resultado. Não desista dos seus sonhos e dos seus ideais!”. ■



CURIOSIDADES

O esporte paralímpico é dividido por classes. No ingresso ao esporte é feita uma classificação funcional (perícia) para saber qual é a deficiência do atleta, se esse é elegível ou não para aquela modalidade e qual é o grau de deficiência. No tênis de mesa, a classe vai de 1 a 11, sendo de 1 a 5 os atletas cadeirantes e de 6 a 10 para os atletas andantes. Os atletas da classe 11 são aqueles que têm algum comprometimento intelectual. Alexandre Ferraretto faz parte da classe 7.



HOMENAGEM

“GOSTARIA DE FAZER UMA MENÇÃO HONROSA A DUAS PESSOAS QUE FAZEM UM TRABALHO DE EXCELÊNCIA NA JFSP EM PROL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. UMA DELAS É A EVELINE PRAVATO E A OUTRA É A MINHA QUERIDA AMIGA ANA PAULA RAMOS DE OLIVEIRA, QUE FALECEU RECENTEMENTE, MAS QUE SEMPRE LUTOU POR UMA JUSTIÇA MAIS INCLUSIVA”, DESTACA ALEXANDRE.

ACONTECEU – OUTUBRO/NOVEMBRO



POSSE DE JUÍZES - Em 11 de outubro, o TRF3 deu posse a 34 novos magistrados aprovados no XVIII concurso para provimento de cargos de juiz federal substituto.



NOVOS SERVIDORES - Nos meses de outubro e novembro novos servidores tomaram posse na Seção Judiciária de São Paulo.



CAMPANHA OUTUBRO ROSA - A campanha Solidariedade Rosa, realizada na JFSP em parceria com o Rotary International, arrecadou quase 600 lenços femininos que foram doados a pacientes em tratamento oncológico em hospitais públicos. Participaram da arrecadação fóruns da capital, da Grande São Paulo e de Jales.

NOVAS TURMAS - Em 17/10 foram instaladas a 14ª e a 15ª Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais de São Paulo.

ENCONTRO CEPEMA - A Central de Penas e Medidas Alternativas da JFSP (Cepema) promoveu, no dia 6/10, uma reunião com diversas instituições parceiras do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (Fussesp). 📺



AUDIÊNCIA DE NATURALIZAÇÃO - No dia 10 de novembro foi realizada a última audiência de entrega do Certificado de Naturalização na Seção Judiciária de São Paulo. Após entrar em vigor a Lei da Migração (13.445/2017), não está mais prevista a entrega do certificado pelo juiz.



CAPACITAÇÃO EM DESIGN ESTRATÉGICO - No mês de novembro um grupo de magistrados e servidores participou de um curso de capacitação em design estratégico e metodologias colaborativas para a criação de um novo modelo de gestão nas varas da JFSP.



ENCONTRO DE JUÍZES - Foi realizado em 9/11, na capital paulista, o III Encontro dos juizes federais das Turmas Recursais e JEFs da 3ª Região, que debateu o impacto da inteligência artificial na gestão de processos.



DIA DO SERVIDOR - Nos dias 26 e 27 de outubro, o auditório do JEF/SP recebeu uma série de palestras em comemoração ao Dia do Servidor Público.



CAMPANHA DE NATAL - A campanha de Natal realizada pelo Núcleo de Ingresso arrecadou produtos que foram destinados às crianças atendidas pela Creche Mãe Doca - Casa da Editinha.



ENCONTRO DE CONTADORES - O encontro reuniu contadores de São Paulo e Mato Grosso do Sul, no auditório do JEF/SP, para tratar de temas relacionados ao trabalho que desenvolvem na Justiça.



BRIGADA DE INCÊNDIO - Aconteceu nos dias 21 e 23/11, o treinamento para um grupo de brigadistas da capital. O curso foi ministrado pelo agente de segurança Adilson Bellini.



AUDIÊNCIA PÚBLICA - A Diretoria do Foro realizou no dia 23/10 uma audiência pública com operadores do Direito, membros da sociedade civil e servidores a fim de debater a proposta orçamentária da Seção Judiciária de São Paulo para 2019.

DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no link correspondente.

24/11 - COMPROVADA IMPROBIDADE EM PROGRAMA SOCIOEDUCACIONAL DE AMERICANA - De acordo com o Ministério Público Federal, o programa apresentou irregularidades configuradas como atos de improbidade administrativa causando prejuízo ao erário, com a violação de diversos princípios da Administração Pública na aquisição de materiais e serviços. 

24/11 - INSS TERÁ DE REALIZAR OBRAS DE RESTAURAÇÃO EM IMÓVEIS DE VALOR HISTÓRICO - O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS deverá contratar obras emergenciais de conservação e restauração de imóveis de sua propriedade localizados na Vila Maria Zélia, na capital paulista, que foram tombados como patrimônio histórico e cultural pelo estado e município. 

22/11 - EMPRESA É CONDENADA POR EXTRAÇÃO ILEGAL DE AREIA - De acordo com o Ministério Público Federal, policiais federais constataram o depósito de grande quantidade de areia em uma chácara no município de Panorama/SP, de propriedade da pessoa jurídica, além de uma draga a cerca de 500 metros da margem do Rio Paraná, que pertencia ao administrador da empresa. 

09/11 - TRF3 DETERMINA QUE UNIVERSIDADE CONTRATE INTÉRPRETES EM LIBRAS - Tribunal confirmou decisão de 1º grau que determinou ao Instituto Metodista de Ensino Superior a contratação de intérpretes na Língua Brasileira de Sinais (Libras) em número suficiente para garantir o acesso à educação a todos os estudantes surdos que necessitarem do serviço, inclusive em sala de aula. 

07/11 - INDEFERIDA DESOCUPAÇÃO EM ÁREA DE ANTIGO QUILOMBO EM SÃO ROQUE - Município de São Roque/SP requeria a reintegração de posse de uma área de 9.600 m², conhecida como Patrimônio do Carmo, que foi invadida em março deste ano. De acordo com o município, o local seria destinado à constru-

ção de uma praça pública e foi invadido sob a alegação de que seria um antigo quilombo. 

06/11 - AERONÁUTICA NÃO PODE IMPEDIR CANDIDATO OBESO DE CONCORRER A CARGO - TRF3 determinou a matrícula de um candidato obeso no curso da Aeronáutica para técnicos em administração de nível médio, voluntários à prestação do serviço militar. Ele havia sido eliminado por apresentar Índice de Massa Corpórea (IMC) de 35,5, pouco acima do limite mínimo de 35. 

06/11 - CONFIRMADA MULTA A OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE POR NEGAR CIRURGIA - TRF3 confirmou a legalidade de auto de infração e de multa aplicada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a operadora de plano de saúde que negou procedimento médico de retirada de nódulo a beneficiária do plano. A cirurgia foi custeada pela própria paciente. 

30/10 - CAIXA É CONDENADA A INDENIZAR CLIENTE POR ASSALTO EM ESTACIONAMENTO - Os magistrados entenderam que nessa situação há responsabilidade objetiva da instituição em reparar o autor. Inclusive, é pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que a empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorrido em seu estacionamento. 

26/10 - JUSTIÇA SUSPENDE BLOQUEIO DE VALORES DOS IRMÃOS BATISTA - A defesa dos irmãos propôs um termo de compromisso pelo qual se prontificaram a apresentar seguro-garantia no valor total bloqueado, bem como o comparecimento a todos os atos processuais para prestar esclarecimentos e apresentar documentos ou informações que venham a ser solicitadas. 

25/10 - TREINADOR DE TÊNIS NÃO PRECISA DE INSCRIÇÃO EM CONSELHO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Em sua manifestação, o treinador conta que começou a jogar tênis aos 10 anos de idade e, desde

então, conquistou vários títulos em campeonatos paulistas, chegando a atuar na principal liga universitária dos Estados Unidos aos 19 anos. 

20/10 - DÍVIDA EM PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO NÃO PODE CONSTAR COMO PENDÊNCIA - Os autores alegaram que tinham débitos tributários referentes ao IRRF e CSRF e aderiram ao Parcelamento Simplificado em 2016, realizando, a partir de então, os pagamentos nos prazos devidos até maio de 2017, quando aderiram ao PRT. 

18/10 - UNIÃO DEVE INDENIZAR PACIENTE SOBRE REAÇÃO ALÉRGICA A VACINA CONTRA GRIPE - A União deve indenizar um portador de HIV que desenvolveu uma forte reação alérgica, conhecida por Síndrome Steven Johnson, após participar da campanha de vacinação contra a gripe A (H1N1) em 2010. Para magistrados do TRF3, ficou provada a responsabilidade civil do Estado no caso. 

16/10 - RECEBIDA DENÚNCIA CONTRA IRMÃOS BATISTA POR USO DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA - O juiz federal João Batista Gonçalves, da 6ª Vara Federal Criminal em São Paulo, recebeu a denúncia contra os empresários Joesley e Wesley Batista, sócios da JBS, pela prática dos crimes de manipulação do mercado e uso indevido de informação privilegiada. 

09/10 - REJEITADA DENÚNCIA CONTRA IDOSO QUE RECEBIA BENEFÍCIO ENQUANTO FAZIA BICOS - A 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) rejeitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra um senhor que pediu junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o direito ao Benefício de Amparo ao Idoso enquanto ainda tinha renda. 



COACHING PSICOLÓGICO PARA GESTORES DA CAPITAL

A partir de 2018 será implantado na Justiça Federal de São Paulo, através da Seção de Psicologia e Qualidade de Vida, um programa de coaching direcionado para gestores atuantes na capital.

Conforme explica a área responsável, o coaching é uma metodologia que reúne conhecimentos, ferramentas e técnicas de diversas áreas de conhecimentos, sendo muito utilizado no meio corporativo, por tratar-se de instrumento que auxilia na identificação e solução de problemas, visando o desenvolvimento e gerenciamento do comportamento humano, potencializando o aumento de performance e aceleração de resultados.



De acordo com Instituto Brasileiro de Coaching, o trabalho desenvolvido é um processo de identificação das potencialidades de cada um, incluindo uma avaliação do que deve ser feito para corrigir erros e acelerar o desenvolvimento, utilizando várias áreas do conhecimento como a Psicologia, a Neurociência, a Administração e os Recursos Humanos.

O trabalho funciona como uma espécie de mentoria, onde o coach (instrutor) identifica os comportamentos e as relações de seu coachee (aprendiz) para, assim, guiá-lo até a superação de problemas e a percepção de qualidades. Na prática, atua de um lado, o coach, profissional capacitado e habilitado com a função de promover o desenvolvimento de líderes, e do outro, o coachee, que recebe orientações e metas a serem cumpridas num período determinado.

O programa que será trabalhado na JFSP trata-se de uma especialidade chamada “coaching gerencial psicológico”. De acordo com a Seção de Psicologia e Qualidade de Vida da JFSP, essa especialidade permite

colocar como “pano de fundo” todo o conhecimento que o psicólogo detém sobre o ser humano e sua psique, potencializando a atuação mais direta de impacto pessoal.

“A modalidade que está sendo proposta para os gestores da JFSP vem se expandindo por todo o mundo, sendo muito valorizada por profissionais da área de formação em Psicologia e de outras áreas disciplinares próximas”, explica a psicóloga Joceli Guerra Castelfranchi, da Seção de Psicologia e Qualidade de Vida da JFSP.

O programa teve início ainda em 2017, quando foi aberto o período de inscrição. Diante da grande quantidade de interessados, e por ser um trabalho realizado individualmente, foi elaborada uma lista de espera de acordo com a ordem cronológica de efetivação de inscrição. O trabalho está estruturado em oito encontros, a serem realizados no prédio da Administração Central, e está previsto para iniciar no primeiro bimestre de 2018. ■

Fontes:
<http://www.ibccoaching.com.br>
<http://blogrh.com.br>
<http://www.rhportal.com.br>

O processo de coaching e suas diferenças com demais processos

- Psicoterapia: enfoca o indivíduo e seus problemas pessoais e enfatiza o passado, enquanto que o coaching volta-se para problemas de desempenho profissional e se dirige ao futuro;
- Aconselhamento: busca lidar com empregados que se encontram abaixo da média, com dificuldade de cumprir prazos, e faz com que o colaborador reconheça a necessidade de mudar, enquanto que o coaching destina-se a qualquer empregado, e fornece elementos que convém ao colaborador decidir se irá mudar ou não;
- Treinamento: é dirigido a um grupo, com objetivos definidos e operacionais, enquanto que o coaching é individual e os objetivos são definidos ao longo do processo;
- Mentoring: é aplicado aos empregados que têm muito potencial e que se revelam promissores. O mentor precisa ser escolhido entre as pessoas capazes de representar os valores da organização.

O papel do coach é:

- Liberar o potencial de cada indivíduo;
- Incentivar as pessoas para o autodesenvolvimento;
- Ouvir e ensinar – a atenção e percepção sobre as necessidades das pessoas são fatores fundamentais para o coach;
- Compartilhar responsabilidades – o coach deve assumir a responsabilidade de analisar, juntamente com o colaborador, as situações inesperadas, e então redirecionar os planos de ação sempre que for preciso;
- Orientar as pessoas – o coach analisa, juntamente com as pessoas, as situações que interferem na condução dos projetos e redireciona os planos de ação sempre que necessário;
- Saber reter talentos – o coach pode ajudar as pessoas na obtenção de novos conhecimentos, no desenvolvimento de novas habilidades e na busca do aprendizado constante.

Fonte: www.rhportal.com.br

A PRÁTICA DA SOLIDARIEDADE NA JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO

Nos últimos anos a sociedade brasileira tem se mostrado cada vez mais generosa. É o que indica o relatório mundial de solidariedade “World Giving Index” da Charities Aid Foundation - CAF, o único índice global que mede a generosidade.

O índice registra o número de pessoas que ajudaram algum estranho no mês anterior ao levantamento, fizeram trabalho voluntário ou doaram dinheiro para uma organização da sociedade civil.

No relatório publicado em 2017, mais de 54% dos brasileiros ouvidos na pesquisa disseram que ajudaram um estranho no mês anterior, 20% disseram ter feito um trabalho voluntário e o único registro que caiu foi a doação em dinheiro.

Apesar de o Brasil ocupar apenas a 75ª posição, é sua segunda melhor posição desde que o índice foi criado em 2009. Isso demonstra que a população tem atuado para melhorar a realidade dos que estão à sua volta, sendo cada vez mais forte a cultura da solidariedade.

Ações na Justiça Federal de São Paulo

Nos meios de comunicação internos da Seção Judiciária de São Paulo é possível constatar que a prática da solidariedade também está presente nas atitudes de magistrados e servidores.

Todos os anos são lançadas diversas campanhas beneficentes no âmbito da Justiça Federal de São Paulo. As arrecadações vão desde alimentos, produtos de higiene, brinquedos, até lenços destinados a pacientes em tratamento oncológico.

“Eu fico muito feliz com a oportunidade que a Justiça Federal proporciona de desenvolver um olhar de solidariedade na comunidade onde estamos inseridos. Com ações muito simples podemos fazer a diferença na vida de pessoas que não têm acesso a bens e serviços sem a necessidade de des-

pender dinheiro adquirindo coisas, mas dedicando algum tempo para levar informações às pessoas.”, afirmou a servidora Ana Paula Marchesini Dias Delatorre, da Subseção de Ourinhos.

“Acredito na solidariedade do povo brasileiro. Incontáveis são os doadores anônimos. Inúmeras são as campanhas de solidariedade. As pessoas somente precisam de oportunidade para manifestar compaixão em relação ao irmão carente de amor e ou bens. A campanha de inverno realizada no Fórum de Execuções Fiscais de São Paulo foi um sucesso, visto que inúmeras pessoas foram ajudadas, com o auxílio de todos. Esta é uma prova irrefutável da solidariedade do nosso povo. Juntos somos muito fortes e podemos auxiliar inúmeros irmãos”, afirmou o juiz federal Paulo Alberto Sarno, da 9ª Vara Federal de Execuções Fiscais de São Paulo.

Em 2017, assim como em outros anos, as campanhas estiveram presentes na Seção Judiciária de São Paulo. Confira a seguir algumas delas:

Campanhas de Inverno e de Natal das Casas André Luiz

Todos os anos o servidor Randall Álvares Barbosa realiza na Justiça da 3ª Região campanhas para arrecadação de roupas, brinquedos e alimentos destinados aos assistidos pelas Casas André Luiz. Neste ano foi a 20ª edição da campanha de Natal e o servidor avaliou como sendo mais um sucesso.

“Lembro-me quando começamos, em 1998. Acho até que foi a primeira campanha beneficente realizada aqui na 3ª Região. E esta 20ª edição foi novamente um sucesso. Foram arrecadadas 243 sacolinhas contendo roupa, tênis e brinquedo. Tenho sempre que agradecer aos colaboradores que, imbuídos do imenso espírito de amor e fraternidade, se solidarizaram para o sucesso da campanha em prol de nossas crianças especiais.” - Randall Álvares Barbosa.

Solidariedade Rosa, em parceria com o Rotary International

A campanha foi realizada nas subseções da capital, Grande São Paulo e de forma espontânea com os servidores do Fórum de Jales, que tomaram conhecimento da iniciativa e resolveram participar. Foram arrecadados cerca de 600 lenços de cabeça que, depois de higienizados e embalados, foram doados a pacientes em tratamento oncológico em hospitais públicos.

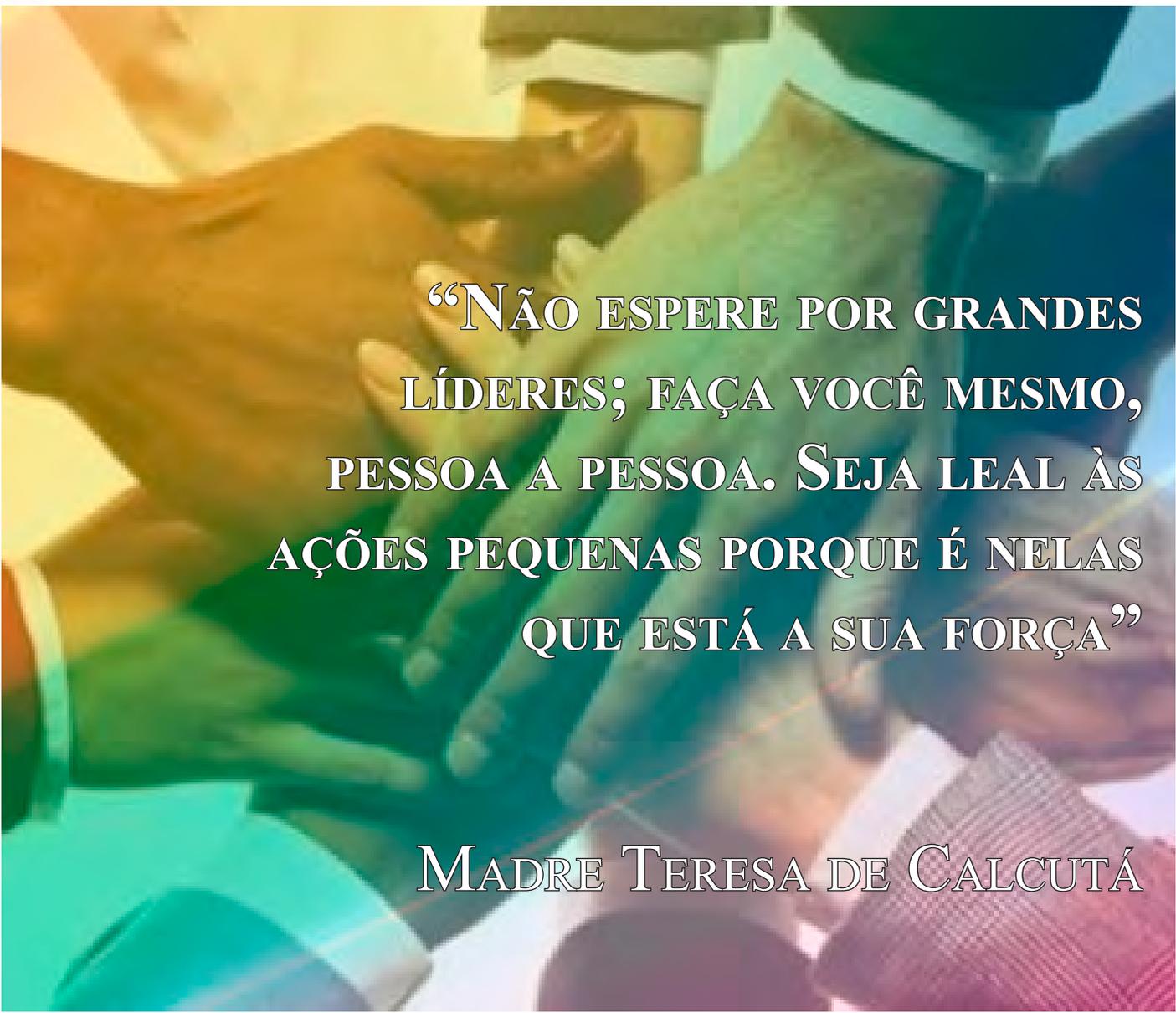
“Ter participado da divulgação e arrecadação foi uma grande oportunidade para exercitar a solidariedade em mim e auxiliar outras pessoas a saírem do estado de acomodação e pensarem no próximo.” - Eveline Pravato, do Núcleo de Saúde.

“Como oncologista, nunca imaginei que um lenço pudesse carregar tanta energia para a paciente. E na fase do tratamento isso faz muita diferença na vida da mulher que o recebe. É uma grande corrente entre quem ajuda, nós que somos catalizadores e quem recebe.” - Ida Brandani, voluntária do Rotary International.

Sacolinhas de Natal para a Creche Mãe Doca - Casa da Editinha

Oitenta e quatro servidores participaram da ação promovida pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas e pelo Núcleo de Ingresso e Acompanhamento da JFSP, que tinha como objetivo tornar mais especial o Natal das crianças assistidas pela entidade “Serviço de Assistência à Família Casa da Editinha”, que é mantenedora das Creches “Mãe Doca” e “C.E.I. Pilar Fuentes Romeu”.

“O que foi arrecadado vai ajudar muito. Como primeira campanha de sacolinhas de Natal veiculada pelo Núcleo de Ingresso e Acompanhamento Funcional e a Seção de Psicologia, ficamos muito satisfeitas com o resultado e, principalmente, com a procura dos servidores para realizar esta ação social.” - Cibele Quilici, psicóloga e servidora.



“NÃO ESPERE POR GRANDES
LÍDERES; FAÇA VOCÊ MESMO,
PESSOA A PESSOA. SEJA LEAL ÀS
AÇÕES PEQUENAS PORQUE É NELAS
QUE ESTÁ A SUA FORÇA”

MADRE TERESA DE CALCUTÁ

Campanhas em parceria com o Sefras

A JFSP anualmente realiza campanhas para doação de diversos itens ao Serviço Franciscano de Solidariedade – Sefras e em 2017 não foi diferente. Foram realizadas ações para Páscoa, inverno, entre outras.

Como exemplo pode-se citar a campanha realizada no Fórum de Execuções Fiscais. A iniciativa do juiz federal Paulo Alberto Sarno, com o apoio da coordenadoria local, deu um excelente resultado. Em apenas duas semanas foram recebidos 600 kg de alimentos, 270 cobertores e 30 pacotes de artigos para higiene pessoal.

Além disso, pelo segundo ano consecutivo, o magistrado comemorou seu aniversário de maneira beneficente, desta vez, juntamente com a servidora Zila da Costa. Como presente, os aniversariantes pediram para cada um levar três quilos de alimentos não perecíveis, além de um produto de higiene, também destinados ao Sefras.

“Sinto enorme alegria. Somos todos irmãos. Tudo que se passa nesta vida é transitório. Penso que devemos sempre nutrir um olhar de compaixão, especialmente em relação àqueles que necessitam de ajuda moral e/ou material. Não nos cabe fazer juízo de valor em relação ao próximo, mas sim juízo de amor.” - Paulo Alberto Sarno.

“Sinto enorme alegria. Somos todos irmãos. Tudo que se passa nesta vida é transitório. Penso que devemos sempre nutrir um olhar de compaixão, especialmente em relação àqueles que necessitam de ajuda moral e/ou material. Não nos cabe fazer juízo de valor em relação ao próximo, mas sim juízo de amor.” - Paulo Alberto Sarno.

A Solidariedade em Ourinhos

Durante o ano de 2017 foram realizadas duas campanhas no Fórum de Ourinhos. Em junho foram arrecadados 439 litros de leite e 25 latas de fórmula especial para a instituição Casa Arco Íris de Ourinhos, que cuida de crianças e

adolescentes em situação de risco. Já em setembro, foram doados cerca de 300 livros para a biblioteca municipal, que estava bem carente de títulos.

Nas duas campanhas a participação não ficou restrita a juizes e servidores. Funcionários terceirizados e até frequentadores do Fórum participaram.

“Eu acredito que o brasileiro é solidário, pois temos uma forte formação cristã e isso contribui para fazer com que nos sintamos à vontade em partilhar o que temos. Além disso, somos um povo formado pela união de raças e credos do mundo todo. Apesar das muitas diferenças sociais a serem superadas e dos problemas que convivemos diariamente como a violência, eu ainda acredito que a maioria das pessoas é do bem e gosta de ajudar.” - Ana Paula Marchesini Dias Delatorre. ■

MANDADO DE INJUNÇÃO NO COMBATE À INÉRCIA DOS POLÍTICOS

A Constituição Federal de 1988 entrou em vigor numa época em que o Brasil passava por profundas mudanças. O país tinha acabado de viver um regime militar por mais de duas décadas e a nova Carta Magna preocupou-se em garantir os direitos dos cidadãos. Uma das inovações trazidas foi o “mandado de injunção”, um instrumento previsto no artigo 5º da Constituição, no rol dos “remédios constitucionais”, assim chamado pelos doutrinadores.

Muito já foi debatido sobre qual a origem do mandado de injunção. Não há registros nem no Brasil, nem em outros países, perfeitamente identificados à natureza do instrumento. Trata-se de uma inovação da atual Constituição.

Prevê o inciso LXXI do artigo 5º: “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.

A Constituição Federal é nossa lei suprema. Toda legislação que vem depois dela deve ser com ela compatível, sob pena de inconstitucionalidade. Entretanto, nem todos dispositivos constitucionais têm aplicação imediata: alguns necessitam de edições de leis para poderem ter eficácia. E editar uma lei não é tão rápido, nem simples.

Antigamente, era muito comum artigos constitucionais ficarem “hibernando”, aguardando a boa vontade dos políticos. O direito ficava à espera de uma norma infraconstitucional que possibilitasse sua efetivação. E isso, frequentemente, acabava não acontecendo.

O mandado de injunção foi criado exatamente para suprir a inércia do Poder Legislativo que não editou as

leis necessárias para a efetivação de alguns direitos. “A preocupação é conferir efetiva aplicabilidade e eficácia ao texto constitucional, para que este não se torne ‘letra morta’, em razão da omissão do legislador ordinário na sua regulamentação”, explica o professor Vicente Paulo.



Cabimento

O pressuposto do mandado de injunção é a existência de um direito ou liberdade constitucional, ou de prerrogativa inerente à nacionalidade, à soberania e à cidadania, cujo exercício esteja inviabilizado por ausência de norma regulamentadora. Somente tem legitimidade para propor a ação o titular do referido direito.

Além disso, para que seja constatada a inércia, deve-se esgotar um prazo razoável sem a edição da norma concretizadora do direito. Embora esse prazo não esteja explícito, entende-se que, em 2018, qualquer artigo que seja original da Constituição (elaborada em 1988) e que necessite de lei já seja passível de mandado de injunção.

Mandado de Injunção x ADI por omissão

A ação direta de inconstitucionalidade por omissão é outro instrumento previsto para compensar a inércia do legislador. Porém há algumas diferenças entre ambas ações.

No mandado de injunção, busca-se solução para um caso concreto, individualmente considerado, diante de um direito que esteja sendo efetivamente impedido pela falta de norma regulamentadora. Já na ADI por omissão o controle é realizado em tese, sua propositura não se refere a um caso concreto.

Além disso, na ADI por omissão somente algumas autoridades, previstas na Constituição, podem propô-la, enquanto o mandado de injunção é direito de qualquer pessoa, física ou jurídica (mas precisa de advogado).

Casos concretos

Em 2007, o STF julgou procedente o pedido de uma servidora pública que pleiteava o reconhecimento do seu direito à aposentadoria especial, após comprovar ter trabalhado por mais de 25 anos em atividade insalubre. Ocorre que a Constituição prevê que uma lei complementar, que ainda não foi editada, definirá os critérios para concessão de aposentadoria especial para servidor público.

Assim, a Corte determinou que, em face da inexistência da lei requerida, fosse adotada a regra aplicável ao regime geral de previdência social.

Em outro caso de mandado de injunção, o STF também entendeu que a lei de greve vigente no setor privado também deve ser aplicada no setor público. Segundo a Constituição, o direito de greve dos servidores “será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. A lei nunca foi editada. ■

SAÚDE DOS OLHOS: GLAUCOMA

O glaucoma é uma doença crônica que pode causar cegueira se não for tratada a tempo. Segundo especialistas, a elevação da pressão intraocular, decorrente do aumento de um líquido que circula dentro do olho chamado humor aquoso, provoca lesões no nervo óptico e é um dos principais fatores de risco. Quanto mais cedo for diagnosticado o problema, maiores são as chances de se evitar a perda da visão.

Ainda não há cura para a doença, porém, na maioria dos casos ela pode ser controlada com tratamento adequado. Os principais tipos de glaucoma são: crônico, congênito, agudo e secundário.

O glaucoma crônico é o mais comum e costuma atingir pessoas a partir dos 35 anos de idade. Nele, o aumento da pressão ocular se desenvolve de forma gradativa e os sintomas geralmente aparecem em um estágio avançado, ou seja, quando o paciente percebe uma diminuição repentina da visão periférica lateral.

O tratamento para esses casos é feito por meio de colírios e medicamentos que agem para diminuir a pressão dos olhos. Alguns pacientes podem necessitar de uma cirurgia a laser ou de

um procedimento cirúrgico que auxilie na desobstrução da circulação do humor aquoso.

O glaucoma congênito é hereditário. É considerado um tipo raro e deve ser tratado imediatamente. Com frequência, os sintomas são notados quando a criança tem alguns meses de vida. Os recém-nascidos apresentam globos oculares aumentados e córneas embaçadas, sendo necessário realizar cirurgia.

Em relação ao glaucoma agudo, o surgimento ocorre de forma inesperada e súbita. Ele tem origem quando a saída do humor aquoso é bloqueada, causando um aumento rápido e doloroso na pressão intraocular e danos graves em um curto espaço de tempo.

Devido ao risco, a intervenção precisa ser rápida, utilizando-se colírios, pílulas e medicamento intravenoso. Alguns pacientes, no entanto, precisam se submeter a uma operação de emergência para aliviar os sintomas e prevenir novas crises. Já o glaucoma secundário está ligado a fatores externos como diabetes, traumas, catarata avançada, cirurgias oculares e uso de corticoides.

Exames oftalmológicos regulares são a principal forma para a identificação do glaucoma e confirmação do

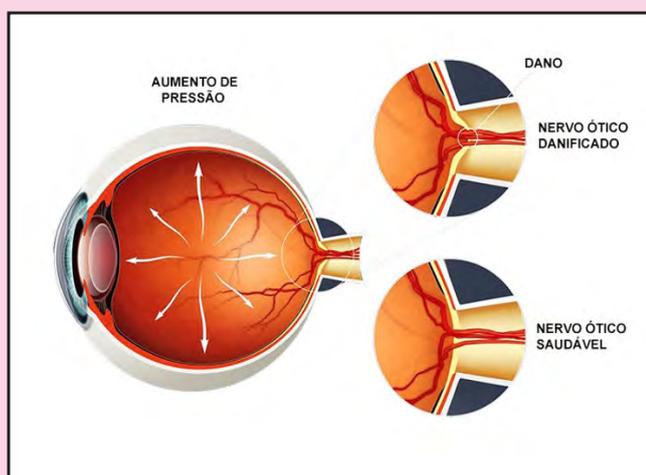
diagnóstico. O oftalmologista geralmente realiza exame do fundo do olho, medida da pressão intraocular, exame de campo visual, entre outros.

Entre os fatores que podem contribuir para o desenvolvimento do glaucoma, estão: idade acima 40 anos; usuários crônicos de colírios com corticoide; portadores de doenças como diabetes, hipertensão e problemas cardíacos; além do histórico familiar. Nesse último caso, é recomendado realizar o exame de fundo de olho antes dos 20 anos de idade e, novamente, após os 40 anos. O glaucoma deve ser prevenido desde o nascimento, especialmente em famílias com o histórico da doença.

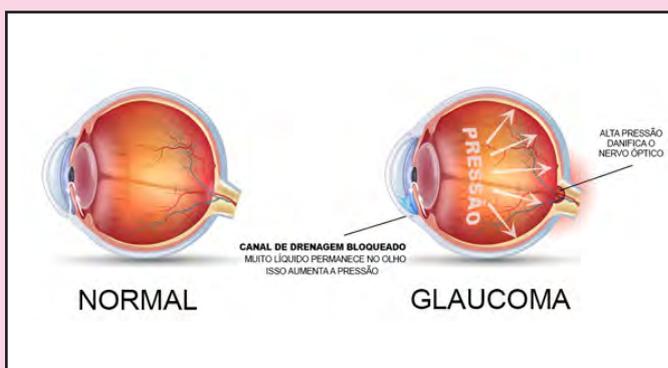
A observação rigorosa do tratamento é muito importante para o controle do problema. Os colírios podem perder o seu efeito ao longo da vida e, por isso, há a necessidade de retornos periódicos para saber se os procedimentos adotados estão adequados ou não. Ao seguir as recomendações médicas, o paciente evita consequências mais sérias para sua saúde ocular. ■

Fontes:

Conselho Brasileiro de Oftalmologia
Minha Vida – Saúde, Alimentação e Bem-Estar



O nervo óptico é responsável por levar as informações visuais recebidas pelo olho até o cérebro



CASO VLADIMIR HERZOG

Em 29 de outubro de 1978, uma decisão histórica da Justiça Federal de São Paulo mexeu com o período da ditadura militar brasileira. O juiz federal Márcio José de Moraes (hoje desembargador federal aposentado) determinou, em sentença, a responsabilidade da União Federal pela prisão ilegal, tortura e morte de Vladimir Herzog nas dependências do II Exército (DOI-CODI), dando ganho de causa à família do jornalista, em plena vigência do Ato Institucional n.º 5.

Naquele ano, a condenação imposta à União desmontou a tese de suicídio defendida pelas autoridades, em um momento em que o regime militar negava qualquer responsabilidade por esses fatos.

O Comando do II Exército fez distribuir uma nota na qual comunicava a morte de Vladimir Herzog e, entre outras inverdades, dizia que o jornalista “admitiu exercer atividades no PCB; que, por volta das 15 horas, deixado, sozinho, em uma sala, redigiu declaração dando conta de sua militância no Partido Comunista; que, aproximadamente às 16 horas, ao ser procurado na sala onde ficara, foi encontrado morto, enforcado em uma tira de pano”.

A nota afirmava, ainda, que os

técnicos da perícia constataram a ocorrência de suicídio e que “o cadáver de Vladimir Herzog foi encontrado junto à janela, em suspensão incompleta e sustido pelo pescoço, através de uma cinta de tecido verde e que o traje que vestia o cadáver compunha-se de um macacão verde de tecido igual ao da referida cinta”.

Decisão histórica

Na forma do artigo 4º do Código de Processo Civil, Clarice Herzog e seus filhos, ao invés de postularem a condenação da União Federal, pediram apenas que fosse declarada a sua obrigação de indenizá-los, em decorrência dos fatos que culminaram com a morte de seu marido e pai. Queriam uma reparação moral.

O juiz original do processo era o titular da 7ª Vara Federal de São Paulo, João Gomes Martins Filho. Depois de devidamente instruído o processo com a colheita das provas e as inquirições das testemunhas, o magistrado preparou a sentença que seria lida em 26 de junho de 1978.

Entretanto, de forma inusitada, João Gomes Filho foi impedido de fazer a leitura da sentença por uma decisão li-

minar do Tribunal Federal de Recursos. A manobra foi suficiente para as finalidades pretendidas, porque a Justiça Federal entrou em recesso no mês de julho e, no dia 2 daquele mês, o juiz completou 70 anos, aposentando-se compulsoriamente, nos termos da lei em vigor. Ele jamais revelou o teor de sua decisão.

A sentença prolatada por Márcio Moraes foi considerada corajosa por inúmeros juristas, pois na época o AI-5 permitia cassar a cidadania, os direitos políticos e, inclusive, o cargo do magistrado. “Será esta uma história que mostrará a possibilidade, com a ordem jurídica, de abater o autoritarismo, sempre que se levantem, dentro de seus próprios muros, advogados e juízes. Advogados que sejam verdadeiramente advogados e juízes de verdade, ainda que tolhidos pelas restrições às suas prerrogativas e garantias”, escreveu o advogado Raymundo Faoro, então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em entrevista ao jornalista Frederico Vasconcelos, da Folha de S.Paulo, Márcio Moraes afirmou: “dei a sentença com o AI-5 em vigor. Essa visão eu me orgulho de ter tido. Seria uma reação, um grito de independência do Poder Judiciário [...]. Foi uma decisão solitária e muito difícil. Todos aqueles anos de alienação caíram sobre mim”. ■



Suicídio forjado

Nascido na Iugoslávia e diretor do telejornal Hora da Notícia, veiculado na época pela TV Cultura de São Paulo, Vladimir Herzog foi morto nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI). Ele deixou a mulher Clarice com os dois filhos do casal, Ivo e André, na época com 9 e 7 anos, respectivamente. O caso teve grande repercussão e reuniu milhares de pessoas em ato ecumênico promovido na Catedral da Sé, celebrado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor James Wright. A morte foi divulgada pelo Exército como suicídio, mas a Comissão Nacional da Verdade declarou não haver “qualquer dúvida acerca das circunstâncias da morte de Vladimir Herzog, detido ilegalmente, torturado e assassinado por agentes do Estado”. Em 2013, a família do jornalista conseguiu mudar o atestado de óbito para registrar que a morte ocorreu em função de “lesões e maus-tratos sofridos durante os interrogatórios em dependência do II Exército”.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Na hierarquia organizacional da JFSP, logo abaixo da Diretoria do Foro e diretamente ligada a ela, encontra-se a Secretaria Administrativa (SADM), também chamada de Diretoria Administrativa ou simplesmente DA. É a área responsável pela coordenação do trabalho desenvolvido na administração da Justiça Federal de Primeiro Grau.

A Diretoria Administrativa conta, atualmente, com o trabalho de sete servidores que estão distribuídos entre Setor de Controle e Processamento de Suprimento de Fundos, Seção de Apoio à Diretoria Administrativa e Seção de Diárias e Passagens.

Entre outras atribuições, a DA exerce a função de ordenador de despesas, por delegação parcial do juiz diretor do Foro, conforme Portaria DF nº 5/2017, responsabilizando-se pelo andamento e aplicação de recursos para aquisições e contratação de serviços destinados à atividade jurisdicional, bem como pelas atividades relacionadas à área de Recursos Humanos.

Diariamente, a DA recebe diversos processos no SEI para análise e elaboração de despachos, de acordo com sua competência. Além disso, também recebe processos encaminhados por órgãos superiores, como o Tribunal Regio-

nal Federal da 3ª Região e o Conselho Nacional de Justiça, com solicitações de providências diversas.

O correio eletrônico também é uma ferramenta que recebe, por dia, muitas solicitações tanto de servidores como de magistrados. “Assim como nos processos, é realizada uma análise dos casos urgentes e importantes para evitar-se o perecimento de algum direito ou atraso em alguma providência a cargo das Subsecretarias e Núcleos”, explica Ana Lucia Caurel, diretora da Secretaria Administrativa. ■



Graziella Silva, Magnólia Arae, Simone de Sá, Ana Lucia Caurel, Paula Borges, Marina de Oliveira e Adriana Donders (no destaque)

Veja as principais atribuições por áreas

Administração geral:

- despachar expediente das áreas vinculadas à Secretaria Administrativa;
- atuar como ordenador de despesas nas folhas de pagamento e outros encargos de pessoal;
- homologar os pagamentos efetuados no SIAFI;
- gerenciar os serviços de apoio administrativo e judiciário;
- prestar contas ao órgão de controle interno quando solicitado;
- elaborar, anualmente, o relatório consolidado das atividades da Secretaria Administrativa.

Administração de obras, compras de bens e serviços:

- aprovar a abertura de procedimentos licitatórios;
- nomear os fiscais dos contratos firmados pela Seção Judiciária.

Administração orçamentária e financeira:

- reportar-se diretamente ao TRF3 quanto à administração orçamentária e financeira;
- encaminhar as propostas de programação financeira nos prazos e em conformidade com as normas estabelecidas pelo TRF3 ;
- manter registros e controle dos recursos financeiros recebidos.

Recursos Humanos:

- dar posse aos servidores da Seção Judiciária, nas ausências e impedimentos do Diretor do Foro;
- determinar a elaboração das folhas de pagamento e autorizar o devido crédito;
- conceder diárias a servidores, observada a legislação em vigor.

Núcleos subordinados diretamente à DA

- Núcleo de Fiscalização de Contratos
- Núcleo de Contratos
- Núcleo de Comunicação Social
- Núcleo de Compras e Licitações
- Núcleo de Gestão Estratégica, Inovação e Desenvolvimento Institucional

EVENTOS E CULTURA



MUSICAL

Nos dias 27 e 28 de janeiro, o palco do Teatro Iguatemi Campinas recebe a montagem teatral “Bita e os Animais – O Espetáculo”, baseada nos clipes de animação infantil que fazem sucesso entre as crianças.

Shopping Center Iguatemi Campinas 



MOSTRA

A 36ª Ocupação Itaú Cultural homenageia Nise da Silveira. A mostra exhibe fotos, vídeos, manuscritos e correspondências em sua maior parte inéditas da psiquiatra alagoana (1905-1999), famosa por desenvolver um método de tratar doenças mentais por meio da arte. A exposição fica aberta até 28/1.

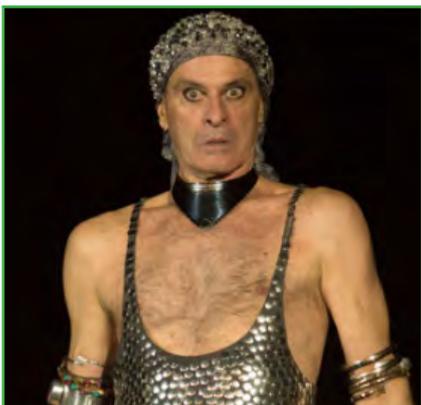
Itaú Cultural - Av. Paulista, 149, Bela Vista. 



TEATRO

A peça Zoo-Ilógico entra em cartaz no Teatro Morumbi Shopping no período de 12 a 26/1. O espetáculo utiliza objetos simples do cotidiano para criar animais inusitados, após um pai levar o filho para um piquenique no zoológico e encontrar as portas fechadas, decidindo criar seu próprio passeio.

Teatro MorumbiShopping - Av. Roque Petroni Jr., 1089 - Jardim das Acácias 



SHOW

Ney Matogrosso volta ao Tom Brasil no dia 3/2 para o encerramento em São Paulo da turnê Atento aos Sinais, sucesso de público e crítica no Brasil e exterior. O show estreou na casa de espetáculos em 2013 e transformou-se em CD e DVD também registrados no Tom Brasil.

Tom Brasil - Rua Bragança Paulista, 1281. 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

LIVROS E FILMES



Conflitos federativos e interpretação constitucional
Assunto: Direito
Autor: Douglas Camarinha Gonzales

A obra, de autoria do juiz federal Douglas Camarinha Gonzales, da 7ª Turma Recursal de São Paulo, procura esclarecer sobre os conflitos federativos que eventualmente surgem entre leis federais e estaduais e/ou entre essas e as leis municipais, através dos fundamentos constitucionais do federalismo brasileiro e respectiva repartição de competências entre União, estados e municípios positivada pela Constituição. O texto ilustra a experiência através de inúmeros exemplos da jurisprudência nacional e internacional, bem como em reflexões jurídico-políticas sobre o tema e em questões de concurso público.

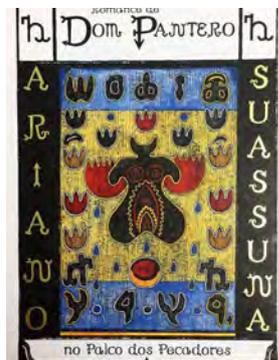
CINEMA



STAR WARS
OS ÚLTIMOS JEDI
Data de lançamento:
14 de dezembro de 2017
(2h 32min)
Direção: Rian Johnson
Elenco: Daisy Ridley, John Boyega, Oscar Isaac.
Gêneros Ficção científica, Ação
Nacionalidade EUA

Após encontrar o mítico e recluso Luke Skywalker (Mark Hamill) em uma ilha isolada, a jovem Rey (Daisy Ridley) busca entender o balanço da força a partir dos ensinamentos do mestre Jedi. Paralelamente, o Primeiro Império de Kylo Ren (Adam Driver) se reorganiza para enfrentar a Aliança Rebelde.

Fonte: Adoro Cinema



Romance de Dom Pantero no Palco dos Pecadores
Assunto: Literatura brasileira
Autor: Ariano Suassuna

Obra inédita encontrada pela família na casa do autor logo após sua morte, o romance tem mil páginas e está sendo considerado uma espécie de testamento

literário do autor, que procura integrar, na narrativa, elementos do seu teatro, da sua poesia, da sua prosa de ficção e do seu ensaio.

HOME VÍDEO



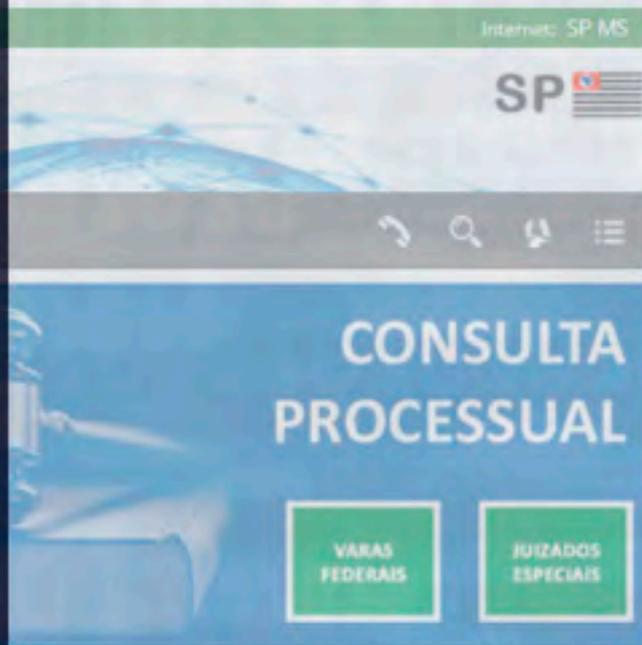
ESTRELAS ALÉM DO TEMPO
Data de lançamento 2 de fevereiro de 2017 (2h 07min)
Direção: Theodore Melfi
Elenco: Taraji P. Henson, Octavia Spencer, Janelle Monáe.
Gêneros Drama, Biografia
Nacionalidade EUA

Em plena Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética disputam a supremacia na corrida espacial ao mesmo tempo em que a sociedade norte-americana lida com uma profunda cisão racial, entre brancos e negros. Tal situação é refletida também na NASA, onde um grupo de funcionárias negras é obrigada a trabalhar a parte. É lá que estão Katherine Johnson (Taraji P. Henson), Dorothy Vaughn (Octavia Spencer) e Mary Jackson (Janelle Monáe), grandes amigas que, além de provar sua competência dia após dia, precisam lidar com o preconceito arraigado para que consigam ascender na hierarquia da NASA.

NOVA INTERNET DA JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO

Agora todos os serviços da Justiça Federal de SP estão divididos nas categorias: Institucional, Serviços Judiciais, Administrativos e Comunicação Pública.

Navegue e conheça o nosso novo site, mais atrativo, navegável e acessível.



SERVIÇOS EM DESTAQUE

